

Memorial¹

Rosane Manhães Prado

Ao cursar administração pública como graduação na Escola Brasileira de Administração Pública-EBAP/FVG/Rio (1971), e depois de trabalhar sete anos em Furnas Centrais Elétricas SA (como uma jovem executiva, 1972-1978), eu não podia imaginar que pudesse enveredar pelo caminho acadêmico da antropologia – via mestrado (1987) e doutorado (1993) no Museu Nacional/UFRJ – e depois navegar com tanto gosto nessa antropologia – cultivada, e até cultuada por mim. Já no mestrado e doutorado dei aula de disciplinas da área de antropologia no Departamento de Comunicação da PUC. Após o doutorado, vieram projetos avulsos nos quais trabalhei como antropóloga; e depois veio a UERJ, onde entrei, primeiro, como professora visitante (1994-1995) e, em seguida, fui efetivada (1995) por um concurso. O departamento onde estava então inserida era originalmente o de Ciências Sociais (alocado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), que recentemente (2014) transformou-se no Instituto de Ciências Sociais, e que abriga hoje o Departamento de Antropologia, onde afinal agora habito. Nesse percurso, cabe mencionar meus pertencimentos a dois programas de pós-graduação: o PPCIS - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (desde a sua formação em 1994 até 2015) e o PPGMA - Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (desde a sua formação em 2004 até o momento).

A antropologia como pretexto – é disso que se trata, e é como se eu tivesse que dizer isso ao mundo sobre a minha relação com ela: em tudo que fiz na minha trajetória acadêmica, parece que a antropologia sempre foi o pretexto, a razão, para viver tantas coisas que aprecio e que me alimentam. Uma vivência sempre fundada na nata das relações que pude construir e das quais tenho tido o privilégio de usufruir ao longo do percurso. Esse sentimento está relacionado às clássicas frentes de atuação na vida universitária: ensino, orientação, pesquisa, extensão, bem como aos resultados em termos de produtos dessas frentes de trabalho, escrever inclusive. Mas o que quero dizer é que tudo o que a antropologia me propicia nessas frentes, ela me propicia porque se trata *dela*, da antropologia: dar aula de antropologia, pesquisar e orientar, trabalhar com

¹ Este memorial foi defendido no dia 24 de fevereiro de 2021. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Patrícia Birman (presidente), Carlos Alberto Steil, Gláucia Oliveira da Silva, José Sérgio Leite Lopes, Myrian Sepúlveda dos Santos.

textos e imagens – de uma perspectiva antropológica. Porque a antropologia é bonita e gostosa, como digo aos meus alunos para justificar os encantos deles e os meus e a sedução antropológica exercida sobre nós.

Manifestei esse sentimento numa carta ao meu orientador Roberto DaMatta, quando estava experimentando o prazer do meu primeiro trabalho de campo em Cunha em 1985. O que exatamente eu tinha dito, não sei, mas encontrei a carta de resposta (do tempo da datilografia!) nos meus guardados e faço aqui uma homenagem citando o que ele disse, para mostrar o que eu já sentia naquela época, tão no comecinho do meu percurso:

Eu agradeço, profundamente comovido, sua belíssima carta, onde há realmente uma divisão de alguns sentimentos ligados ao nosso ofício. E como sua carta me confirma que ele é realmente nobre e assim deve ser exercido. Muito diferente de outras perspectivas que conduzem ao poder, talvez mais correntes. [...]

Muito bom saber que a nossa Antropologia pode ser alguma coisa que eventualmente ajuda a viver – aguentar essa vida – junto com a música, os livros, as histórias, os casos que ficam na memória, a poesia, o cinema e tudo isso de nobre e bom que os Homens inventaram para gostar do mundo, das pessoas e das coisas. É melhor ser algo que ajuda a viver do que ter a antiga pretensão de ser um desvendador da vida ... Certo?

(Roberto DaMatta, 17/03/85)

Mas não há como negar que, para mim, é a *pesquisa*, mais especificamente a pesquisa de/no campo – e tudo aquilo que aí eu aloco – que melhor traduz essa ideia da “antropologia como pretexto”: as coisas – da vida mesma a ser desfrutada – que vêm junto com o trabalho de campo. Também com relação aos alunos, para mim, se eles são uma companhia tão importante nas aulas e na orientação, é na pesquisa de campo que essa companhia se torna mais rica – quero crer que de parte a parte.

Sem falar nas pesquisas mais pontuais (como aquela no Morro do Vidigal, por ocasião da visita do Papa João Paulo II em 1980, realizada por um grupo de mestrandos coordenado por Rubem Cesar Fernandes), entre o mar e a montanha, dentro e fora do Brasil, eis os lugares de pesquisa que se tornaram lugares do coração: Cunha, SP (1985); Angra dos Reis, RJ (1989); Dundee, Michigan, EUA (1991); Caldas, MG (1992); Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ (1999-2009). Em todos esses lugares trabalhei nos moldes clássicos dos nossos e das nossas ancestrais da antropologia, vivendo em cada um deles por período igual ou próximo a um ano; e na Ilha Grande, intermitentemente, ao longo de dez anos. Considerando as delícias e as agruras do trabalho de campo, posso

dizer que sei direitinho ao que DaMatta se refere quando fala do “anthropological blues” (“meu Deus, o que que eu tô fazendo aqui?”). E nessa convivência com tão variados “outros”, ilustro através de mim mesma esse lado das pesquisas que não abrimos mão de relatar, que consideramos também como parte delas, e que afinal constituem o que entendemos como seus componentes. Ilustro com minha própria inserção no campo muito do que tenho a compartilhar com os alunos, com os colegas, com os amigos e com os que leem meus trabalhos.

Minha iniciação nesse tipo de “trabalho de campo” de que tanto gosto aconteceu quando estávamos, eu e o colega Alberto Costa, então estudantes de mestrado, em Arembepe no litoral da Bahia, sob a coordenação de Conrad Kottak, da Universidade de Michigan, fazendo uma prévia para o posterior desenvolvimento do projeto de pesquisa “O impacto da televisão no Brasil rural”, que abrangeria seis diferentes localidades em diferentes regiões do país, inclusive Cunha, onde vim a trabalhar posteriormente. Numa casa na beira da praia, eram três banhos de mar por dia (um de manhã cedo, outro antes do almoço, e outro no fim da tarde), muito trabalho de observação e entrevistas durante o dia, e muito trabalho de discussão à noite, regado a vinho ou caipirinha. Este se transformou para sempre no meu modelito de trabalho de campo; não quanto à estrutura dos eventos, que só na Ilha Grande pôde ser reproduzido tal e qual, mas quanto ao preenchimento e uso do tempo em termos de trabalho e de fruição daquilo que se oferece – o que se aproxima do meu lema mais amplo: “ou é festa ou não presta”. E Conrado, como o chamamos, também se tornou meu modelo para coordenação de pesquisa (anos depois reafirmado por José Sérgio Leite Lopes): sem fazer pressão sobre os assistentes, deixando a gente solta para trabalhar no ritmo pessoal até chegar aos momentos previstos para os encontros, as discussões, os relatórios.

Entendo que esse modelito de “trabalho e fruição” só me foi permitido por causa dos meus locais de pesquisa (e também, de certa maneira, por causa dos meus amenos temas), em especial Cunha e Caldas na montanha e a Ilha Grande no mar. Tão prazeroso a ponto de as visitas comentarem com ironia: “mas isso é trabalho?”. É, com certeza! Mas é, também, *por causa dela, a antropologia*, desde sempre o melhor dos pretextos – que permite juntar tudo isso, tornando privilegiados os lugares onde é exercida. Dançando forró e tomando cachaça na venda na roça em Cunha, seguindo a procissão em Caldas, discutindo as descobertas da pesquisa no banho de mar com os alunos na Ilha Grande ... Isso é trabalho? É. E lembro aqui a colocação de Ingold (um alvo recente de entusiasmo), citando o clássico Wright Mills na *Imaginação sociológica*, sobre o

assunto mais básico do nosso planeta acadêmico – o ofício da disciplina – no sentido de que “não há divisão, na prática, entre trabalho e vida. [...] O profissional intelectual, como Mills o coloca, ‘forma o seu próprio eu enquanto trabalha para a perfeição de seu ofício’, o que ele molda através de seu trabalho é uma maneira de ser.”²

Assim é que, para mim, trata-se de lugares que, se já são privilegiados e marcados positivamente por alguma razão – como as belezas naturais de Cunha e Caldas a mil metros de altura ou o mar da Ilha Grande –, de qualquer modo, tornam-se favorecidos e favoritos, como já disse, por poder realizar neles pesquisa antropológica. Stéphane Beaud e Florence Weber,³ ao falar da produção de dados a partir do trabalho de campo, ressaltam três aspectos, que são: as relações estabelecidas (entre e com as pessoas pesquisadas); a reflexividade exercida todo o tempo; a duração que garanta os aspectos anteriores. Entre as tantas coisas preciosas que alimentam esse tipo de trabalho e que aprendi no conjunto desses que realizei, destaco para mim mesma o que vejo como “a entrada em campo” – tão reveladora com a sua carga, que considero especial, de acontecimentos. Se ao longo da pesquisa tudo pode ser revelador, a mim sempre pareceu que, na chegada, no começo, as coisas falam mais alto sobre o universo pesquisado, seja pelas dificuldades ou facilidades, pelas portas fechadas ou abertas, pelos caminhos que sou levada, ou obrigada, a percorrer. Conto a seguir em sequência cronológica um pouquinho da minha passagem em cada um desses lugares onde a antropologia me serviu de pretexto para estar.

Cunha, interior de São Paulo, uma estância climática a 1.000 m de altura, foi o meu campo primogênito e que serviu de base para a minha dissertação de mestrado *Mulher de novela e mulher de verdade: estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela* (1987). A pesquisa era parte de um projeto amplo sobre o ‘impacto da televisão’ em diferentes localidades do Brasil, coordenado por Conrad Kottak já referido acima, e direcionei uma parte dela para o meu interesse em questões gênero.

² INGOLD, Tim. *Estar vivo*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 343.

³BEAUD, Estéphan e WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Cunha, que virou a minha “cidade pequena, paraíso e inferno da pessoalidade”⁴, foi onde baixei sozinha em janeiro de 1985 para ficar um ano, uma mulher jovem do Rio de Janeiro e sem nenhum homem tomando conta de mim. Depois vi como esses aspectos se relacionavam com pontos fundamentais da pesquisa que vim a desenvolver ali sobre as mulheres locais em contraponto com as personagens femininas de novelas na época. Descobri que eu mesma, por ser do Rio e por ser quem eu era, suscitava questões a respeito daquela cidade e a respeito das mulheres. E aprendi na pele e para sempre que a gente é via e parte das pesquisas que faz; e aprendi também como isso acontece. Um dia lá, entre as descobertas e surpresas antropológicas, me vi junto com a “Viúva Porcina” (da novela *Roque Santeiro*) ocupando o lugar de “quem tem liberdade”, aquela liberdade desejada por todas as mulheres de Cunha e que julgavam que elas não tinham e que eu a Porcina tínhamos – por não estar, como elas, fossem jovens ou mais maduras, sempre prestando contas a um pai, um irmão, um filho, um marido, um namorado. “Você tá pensando que aqui é como o Rio de Janeiro, que você vai e volta, faz e acontece e ninguém sabe?”

Festas, muitas festas Cunha tinha, praticamente todas de base religiosa do catolicismo popular: Semana Santa; Festa do Divino, com os “pousos de folia” (a Folia do Divino) nos bairros rurais, Cavallhada de São Benedito; Festas Juninas; Festa da Padroeira (N. S. da Conceição); Reis. Mesmo sendo religiosos os focos dessas festas, havia sempre, em paralelo e no final, toda uma parte musical e de outra conotação festiva, com as congadas, as folias do Divino e de Reis, e mais os bailes e forrós com inescapáveis viola, sanfona e pandeiro. Era a hora de os amigos visitantes perguntarem se aquilo era trabalho.

Embora depois eu tivesse vindo a fazer novamente as mesmas coisas em outras pesquisas com esse grau de inserção na vida local, foi em Cunha que me batizei, chegando daquele modo, sem conhecer vivalma e conquistando gradualmente a integração na localidade à custa das delícias e agruras do trabalho de campo. Na “roça e na cidade”, tornei-me na época uma pessoa “conhecida”: a Rose, como me chamavam. E minha dissertação é recheada das histórias que me foram contadas e que eu mesma vivi ao longo de um ano nesse lugar onde as relações passavam (com a exigida diplomacia de minha parte) pelo delicado equilíbrio demandado pela pessoalidade, que aproxima as pessoas mas também cria antagonismos. Costumava retribuir a atenção dos

⁴Título de uma parte da dissertação que se tornou um artigo com o mesmo título publicado em Cadernos de Antropologia e Imagem ano 3 n. 4, 1995.

que me recebiam, nas minhas visitas invasivas para conversas e entrevistas, com fotos que tirava nessas ocasiões. Numa época sem os celulares com seus fáceis registros fotográficos, as fotos, especialmente na roça, eram coisas preciosas para os fotografados. Com isso, acabei me tornando “fotógrafa” de aniversários, batizados e casamentos para os quais era convidada, e assim ampliou-se esse canal de manifestação do meu agradecimento, entre outros que pude acionar. Fiz amigos, virei madrinha e comadre, e vivi também a minha transformação num símbolo de prestígio do qual algumas pessoas queriam se aproveitar de modos variados. Muito cuidado e diplomacia em ação!

Em Cunha, como Foote White, tive também o “meu Doc”: a Regina (Regina Andrade Teixeira, “Regina do Seu Dito Foguinho”). A Rê, além de me abrir as portas da sua casa e compartilhar sua família com tudo o que isso pode significar, virou uma grande amiga, além de mediadora e assistente de pesquisa “para as coisas de Cunha”, especialmente para a zona rural à qual eu não tinha acesso fácil. Ela veio depois morar no Rio e somos ligadas até hoje. Como a pesquisa tinha um lado quantitativo de peso, tive que aplicar longos questionários também com componentes qualitativos, o que em geral tomava mais de uma hora, e só comecei a fazer isso depois de seis meses que estava lá, de modo a – sendo já conhecida e conhecendo melhor as pessoas – poder contar com a boa vontade daqueles que eu tinha que pescar para entrevistar. Eram 100 questionários seguindo uma amostragem específica que ainda não sei explicar direito: na roça e na cidade, homens e mulheres, com TV e sem TV, faixas etárias variadas, religiões variadas. Mesmo com a minha implicância, que ainda persiste, com dados quantitativos, pude usufruir bastante esse lado da pesquisa. Com a companhia e o apoio da minha Doc Regina, tirava proveito de cada “evento” em torno da realização dos questionários, sobretudo na roça: as chegadas em cada casa, as pessoas ressabiadas e em geral resistentes a serem entrevistadas; o sempre terrível café que era oferecido, mas que era irrecusável, já que era o que havia para ser oferecido; as coisas maravilhosas que eram compartilhadas, mais antes e depois do que durante a aplicação dos questionários. Isso sem falar nas aventuras e nos percalços e seus rendimentos: as viagens e o conhecimento de todos os bairros rurais; o carro atolado no barro em época de chuva e o socorro que aparecia imediatamente ninguém sabe de onde em lugares tão isolados; ter que ficar e pernoitar (“pousar”, na linguagem local) porque a estrada não dava passagem, e isso mediante convite dos donos da casa, com direito a tomar uma cachacinha, jantar e – maravilha – conversar muito antes de ir dormir e aguardar o dia seguinte para voltar para a cidade. E em tudo, sempre, o recheio das descobertas antropológicas.

Imagino que não estou dizendo aqui nada que colegas não tenham também vivenciado de alguma maneira nos seus trajetos semelhantes de trabalho de campo, com cafés igualmente terríveis – metafóricos ou não – que tiveram que tomar. E eu mesma vivi situações semelhantes em outras pesquisas que vieram. Mas o que quero marcar é o meu batismo em Cunha e o quanto tudo isso significa para mim com o enquadramento da antropologia.

Em **Angra dos Reis (RJ)**, nos oito meses que vivi lá em 1989, trabalhei em outra pesquisa coordenada por Kottak “Ecological awareness and risk perception in Brazil”, e que estava ainda começando, no caso voltada para a reação da população local à usina nuclear (o complexo de usinas, sempre referido localmente como “a usina”). Essa pesquisa, como a de Cunha, também tinha o lado quantitativo com aplicação de questionários a uma amostra da população, desta vez referida aos diferentes bairros da cidade. Aguardei também um tempo para me integrar antes de planejar a distribuição dos questionários e contratar assistentes, enquanto ia estabelecendo outros contatos necessários com órgãos públicos e a ONG Sapê - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, criada na década de 1970 no bojo da luta contra “a usina” e que é até hoje atuante nesta e em outras frentes de movimentos ecológicos.

Para ir aterrissando e travando conhecimento com a realidade local, eu escutava direto a Rádio Angra, o que me permitiu de fato ter uma clareza das diferentes áreas da cidade e de suas respectivas questões, através das manifestações dos moradores nos programas da rádio que faziam esse tipo de conexão. E paralelamente comecei uma pesquisa no jornal *Maré* (do mesmo grupo da Rádio Angra), que durou para além da aterrissagem da qual eu precisava e abrangeu o período, então quase completo, de 9 anos da existência do jornal. Na pesquisa desse jornal, focalizei, além do tema central da usina, outros temas “ecológicos”, o que resultou num relatório/catálogo (não publicado) que chamei *Maré de ecologia: Catálogo de matérias sobre ecologia e questões ambientais no Jornal Maré (1980-1988)*, contendo títulos e súmulas das matérias encontradas naquele período.

Era então o primeiro ano do mandato de Neirobis Nagae como prefeito de Angra dos Reis, o primeiro prefeito do PT num governo municipal do estado do Rio. Todas as secretarias, todos os cargos pareciam uma festa de entusiasmo e idealismo em várias frentes em prol da cidade, movidos por um lado do PT que gostaríamos de ver hoje ressuscitado. E quanto à usina, estava então em andamento a elaboração de um inédito “plano de evacuação”, envolvendo várias atividades articulando Prefeitura, Furnas (depois substituída pela Eletronuclear) e diversos segmentos da população. Peguei uma carona muito

produtiva nessas atividades: participei de reuniões diversas e em diversas localidades para “explicar o plano”; visitei a usina com professoras primárias; subi morros do entorno de Angra numa caminhonete com funcionários da Defesa Civil para “conversar com os moradores” – e nesse contexto pude com certeza captar coisas muito ricas quanto à reação das pessoas à usina. Numa ocasião, depois de ouvir um técnico afirmar que “uma usina nuclear não explode” e dar a costumeira longa explicação para dizer que o plano de evacuação só caberia mediante a “possibilidade da possibilidade” de ocorrer um acidente, uma pessoa na plateia pergunta “e se explodir?”. Além dos dados para o projeto mais amplo, esses materiais foram usados no meu artigo “A beleza traída: percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis” (*Antropolítica* nº 12/13, 2002). O título traduz a síntese da reação das pessoas em Angra na época à presença da usina ali: como colocar justo ali, naquele lugar tão belo, aquela coisa nefanda que era a usina? Do lugar onde eu morava em Angra, avistava a Ilha Grande, onde tempos depois fui trabalhar. Era “a bela” – a Ilha – por oposição à “fera” – a usina.

Depois de Angra, veio a bolsa sanduíche para os Estados Unidos (1990-1991) e aí foi a vez de a cidadezinha americana de Dundee ser o meu campo de estudo. Só voltaria ao tema e ao projeto que me levou a Angra na volta e na cidade de Caldas (MG) no ano de 1992.

Dundee, Michigan (EUA) foi a cidade convenientemente escolhida perto da Universidade de Michigan em Ann Arbor para fazer a pesquisa sobre uma small town americana como contraponto à cidade pequena brasileira de Cunha estudada antes. Depois de um ano de cursos no Departamento de Antropologia da U of M, me mudei para Dundee, para passar um ano redondo, dessa vez acompanhando o ano calendário de 1991. Trabalho de campo com seus sabores e dissabores: em Dundee comecei com o extremo incômodo de chegar em fevereiro de 1991, com a cidade toda enfeitada de laços amarelos “supporting our troops” em referência à Guerra do Golfo recém-iniciada: troncos das árvores, pilastras das varandas, vitrines das lojas ... tudo com grandes laços amarelos que a mim me afrontavam. Passei um mês encolhida dentro de casa, só lendo o jornal local e indo ao supermercado, com o “anthropological blues” me consumindo. O primeiro evento público ao qual compareci em Dundee, em fins desse fevereiro gelado, foi uma manifestação no coreto da praça central (o *band stand*, que é ali também um memorial aos mortos em todas as guerras das quais os americanos haviam participado), precisamente em homenagem aos então soldados da Guerra do Golfo. O frio indecente aumentado pelo vento de Michigan, as orelhas congeladas podendo quebrar e

cair no chão, e enquanto ouvia os discursos e poemas dos estudantes da High School, eu me perguntava aquilo que tanto conhecemos e que muitas vezes nos perguntamos quando as agruras tomam conta e a gente não sabe cadê as delícias do trabalho de campo: “meu Deus o que que eu tô fazendo aqui?”

Por fim as coisas se resolveram quando procurei o jornal local (o semanário *The Independent*) para fazer uma assinatura e conheci o casal de donos/editores e eles me propuseram publicar uma entrevista que ficou com a legenda: “Cultural anthropologist studies small town life” (“Rosane Prado, a cultural anthropologist from Brazil, will be spending this year living in Dundee, observing small towns and learning about life here”). Isso me facilitou os movimentos que vim finalmente a fazer em seguida. Ao contrário de Cunha, onde fiz o caminho pessoalizado de alguém sempre me remetendo a alguém, em Dundee, tive que fazer o caminho das instituições, o que já me revelava, da perspectiva de DaMatta, algo sobre a sociedade americana como mais referida à igualdade/individualismo, por oposição à sociedade brasileira como mais referida à hierarquia/pessoalidade. Pesquisei as oito denominações religiosas ali presentes, frequentando cada Igreja por um mês, como um meio de mergulhar na vida local; mas também frequentei clubes e associações, entre os quais me tornei afiliada ao Old Mill Restoration Committee, um grupo pequeno que cuidava da manutenção da antiga estrutura de um moinho industrial, considerado localmente como um patrimônio associado à identidade da cidade. Esse grupo me adotou e eu o adotei, passando a participar de suas atividades.

Acho que o máximo da minha disposição de participar da vida local através das instituições foi ter frequentado algumas atividades da High School, tais como: sendo plateia em jogos esportivos, indo a bailes e a cerimônias internas de premiação, e sendo “aluna” em três disciplinas nas quais “me inscrevi” – e com isso, revivi de forma hiper deslocada tudo o que tinha conhecido com tanta intimidade como uma adolescente estudante de intercâmbio no Missouri 25 anos antes. Considerando a grande compartimentação entre as atividades dos “adultos” e as dos “kids” e sendo a escola o mundo predominante destes, o constrangimento era grande de parte a parte. Entre me ver em aula com esses “colegas” e me ver descascando batatas com as mulheres num mutirão de construção de uma igreja dos Adventistas de Sétimo Dia, não sei onde cabia mais o “ai meu Deus o que que eu tô fazendo aqui?” Mas é claro que tudo rendeu muito, muito mesmo, como se pode imaginar, e a minha tese de doutorado *Mitologia e vivência da cidade pequena nos Estados Unidos* é alimentada por essas vivências.

Em Dundee, a estranheza que podia causar a presença de uma criatura pesquisadora parece que era ampliada no meu caso: uma mulher, cosmopolita para uma cidade pequena, antropóloga, brasileira e mais: tomando a eles próprios como tema de estudo. É digno de nota que todos ali ficavam surpresos e achavam incrível o fato de estarem sendo estudados; e muitos de meus colegas do doutorado em antropologia da U of M, além de também ficarem fascinados, me diziam: “É isso mesmo, escreva a tese e não publique nada nunca aqui.” Numa época em que começava a reverberar a crítica fortíssima dos pós-modernos americanos sobre a “autoridade etnográfica” e o não compartilhamento das pesquisas com os grupos estudados, isso seria como uma vingança, que inverteria a atitude dos pesquisadores “do centro” em relação aos pesquisados “da periferia”. De fato, nunca traduzi e nem publiquei em inglês nenhuma parte da tese; apenas por aqui, em português mesmo, mas não porque eu quisesse atender às recomendações dos colegas americanos como uma resposta aos autores centrais, e sim por causa dos meus mistérios de perder os bondes das publicações, dos quais falei adiante.

Caldas, no Sul de Minas, foi para onde me dirigi logo depois de voltar dos dois anos passados nos Estados Unidos, de novo para ficar um ano e completar a pesquisa do mesmo projeto sobre consciência ecológica e percepção de risco no Brasil coordenado por Kottak, que tinha coberto Angra em 1989. Assim como outras cidades abrangidas no projeto, Caldas tinha a sua marca de risco, no caso as minas de urânio ali exploradas e já esgotadas mas cujos resíduos ficaram no município, junto com a empresa Indústrias Nucleares do Brasil - INB, sediada no município vizinho de Poços de Caldas e administrando tudo isso. Sendo também uma cidade pequena, Caldas era referida aos dois temas com os quais eu estava então envolvida: meio ambiente e cidade pequena.

Diferentemente dos demais lugares pesquisados na minha trajetória, Caldas foi o que demandou para a própria vida local uma atenção de intensidade muito menor do que as outras localidades. A tarefa de aplicar os questionários do projeto foi dividida entre Poços de Caldas (a cargo de assistentes contratados) e Caldas (a cargo de mim mesma) e no mais, tratava-se de observar e acompanhar qualquer acontecimento envolvendo as minas de urânio, a INB, e qualquer ação referente a “ecologia e meio ambiente” no âmbito dos dois municípios – como foi o caso da criação do Conselho de Meio Ambiente de Caldas. Era o ano da Eco 92, mas tudo isso ocorria ali num ritmo nada intenso, o que me permitiu flunar no ambiente humano e físico de Caldas, morando na estância hidro-medicinal de Pocinhos do Rio Verde, a 1.100 m de altura, bairro a 8 km da cidade. Montanhas, rios, riachos, cachoeiras, estradas

de terra e trilhas ... Dessa vez, era esse o cenário a usufruir (e receber amigos pra de novo fazerem aquela pergunta).

“Questões ambientais” pairavam distantes dos ares bucólicos de Caldas, à exceção da destruição das montanhas em volta para extração de pedras, que já era então um motivo de preocupação para as pessoas que se tornavam alertas quanto ao fato, e hoje é muito mais ainda. Além dos dados referentes a meio ambiente coletados para o projeto coordenado por Kottak, Caldas teve para mim um outro significado importante: muito semelhante a Cunha em vários aspectos físicos e culturais; e, tendo sido visitada logo depois de Dundee, Caldas veio a completar o estudo que havia sido feito sobre Cunha tantos anos antes, servindo como o contraponto por mim desejado entre cidade pequena brasileira e americana.

A **Ilha Grande**, posso dizer que é o coroamento, não só em termos cronológicos mas em muitos sentidos, dessa sequência de trabalhos de pesquisa aqui relatados – a Ilha com suas delícias, que, compartilhadas com os alunos, permitiu a mais aproximada reprodução do modelo original daquela “prévia de pesquisa” realizada na minha iniciação em Arembepe: prazer e trabalho via exercício antropológico. Eis, como ilustração do que digo, parte de um e-mail recebido de uma aluna logo em seguida de uma primeira ida dela à Ilha para pesquisa de campo, desta vez buscando dados para o Site Ilha Grande Humanidades.

Você, por acaso, não pensou que fosse passar em branco tudo o que proporcionou para nós na viagem, né?! (escrevo 'nós' porque sei que todos também são extremamente gratos).

Lhe escrevo só agora porque assim que chegamos de viagem, eu ainda estava em Ilha Grande e lá permaneci por um bom tempo! Achar palavras para tentar descrever o que vivi lá e o que você proporcionou para nós é uma tarefa muito difícil e, provavelmente não a cumprirei como gostaria! (Duda - Maria Eduarda Pires Gonçalves, 14/07/2014)

O restante da mensagem me fez chorar com tudo o que ela disse – essas coisas lindas ditas em declarações que nós como professores às vezes recebemos falando pessoalmente da gente e que recompensam todos os males que vivemos. Não sei o que respondi na época mas, de minha parte, posso também dizer que a companhia das alunas e dos alunos – meus “escudeiros” como eu os chamo – nas pesquisas foi o que de melhor a Ilha Grande me proporcionou como parte do trabalho, do aprendizado e do contentamento.

Na Ilha Grande, tudo começou com a sugestão de Isabel Gurgel – a então diretora do CEADS - Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, que a UERJ mantém no campus da Ilha – dirigida a um grupo de professores das Ciências Sociais no sentido de que nos fizéssemos presentes na Ilha como componentes do CEADS com pesquisas em nossa área, assim como já faziam nossos colegas das áreas da biologia, ecologia, oceanografia, etc. Foi assim que a colega socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos e eu fizemos em 1999 uma primeira visita e, como muitas vezes depois, nos hospedamos no alojamento do CEADS na Vila Dois Rios, daquela vez para um primeiro reconhecimento e reflexão sobre o que viríamos respectivamente a fazer na Ilha Grande. Desde então se desdobrou e muito rendeu a ligação que estabelecemos com a Ilha, cuja herança mais visível – além das pesquisas realizadas, dos textos produzidos por nós, das monografias, dissertações e teses orientadas, e dos filmes etnográficos – é: a Coleção Ilha Grande, organizada por nós duas e hoje no quinto volume, reunindo trabalhos acadêmicos e de nativos; e o Site Ilha Grande Humanidades, coordenado por mim, constituindo-se num banco de dados voltado para a pesquisa referente à Ilha. A mim, com pesquisas no campo de meio ambiente e turismo, e à Myrian, com pesquisas no campo de memória e história das instituições carcerárias da Ilha, veio depois juntar-se a colega antropóloga Patricia Birman, focalizando a praia de Provetá com forte marca religiosa da Assembleia de Deus, e cujo trabalho rendeu igualmente em termos de repercussão junto aos alunos e de resultados em produção.

O que mais valorizo em relação à “fase Ilha Grande” é mesmo a conjunção dos fatores que ilustram o que chamo de “a antropologia como pretexto” – bom! – para viver. A impressão que tenho é que a Ilha como espaço de pesquisa reproduz e amplia o que aconteceu em outras ocasiões e espaços, juntando-se ela própria, na sua sedutora forma física, com as pessoas do lugar e os estudantes, meus escudeiros queridos – tudo sob a justificativa da pesquisa antropológica com suas surpresas e revelações.

Afora o alojamento do CEADS na Vila Dois Rios, onde fiquei no início e depois em ocasiões específicas, e além de visitas de poucos dias ao Aventureiro e a Provetá, estive baseada por longo tempo no Abraão (2000-2004) e na Praia da Longa (2005-2009) em quatro diferentes casas alugadas, duas em cada lugar (brinquei muito de casinha!). Férias, fins de semana, feriados: era assim que o trabalho se desenvolvia junto com as equipes de pesquisa. Desde a viagem para chegar ao nosso destino – de carro até Angra (depois também Conceição de Jacareí), e na travessia de barca ou em barco de pescador – a pesquisa junto com os alunos, via conversas e observação, fervilhava. Na época, não havendo

ainda o celular tão acessível, as pessoas conversavam na travessia ... A situação de viver nessas casas era extremamente propícia: de um lado, pela convivência com os alunos (de dois a cinco dependendo da situação, mas em geral de dois a três), que permitia, não só discussões de pesquisa, como também o puro prazer da convivência, envolvendo desde preparar a comida, preparar e beber caipirinhas, até coisas bem prosaicas como limpar a casa e desentupir um vaso sanitário; de outro lado, pela convivência com a vizinhança, que permitia, não só observações diretamente úteis para a pesquisa e relacionadas com o tipo e características da respectiva vizinhança, como também, de novo, o prazer da convivência, envolvendo as correspondentes, e sempre importantes, companhias dos vizinhos. Tanto no Abraão como na Praia da Longa, experimentei a riqueza que foi o que significou mudar de uma casa para outra, em função da mudança correspondente na localização e nas características do modo de vida dos vizinhos.

Na Longa, tive a satisfação de ver a aluna Debora Herszenhut e o aluno Mario Wiedeman, na época estudantes de graduação, realizarem filmes etnográficos sobre temas da nossa pesquisa. Em vista da repercussão para os próprios moradores da exibição desses filmes e de outros referentes à realidade da Ilha, pude confirmar a minha visão sobre o poder das imagens comparado ao dos textos que produzimos na academia. Esses alunos eram iniciados em antropologia visual e, relacionado a isso, devo me referir a uma das caronas mais saborosas que peguei na antropologia realizada na Ilha: o Atelier Livre de Cinema e Antropologia, coordenado por Patricia Monte-Mór e Marc Piault, então realizado anualmente e promovido pelo NAI - Núcleo de Antropologia e Imagem da UERJ. Por causa da minha intimidade com a pesquisa de campo na Ilha, tive o privilégio de participar de quatro sessões (cujo resultado era um vídeo realizado por cada grupo de alunos) do Atelier ocorridas na Vila Dois Rios (entre 2002 e 2006) através das quais aprendi a valorizar mais ainda o poder da antropologia visual/uso de imagem em pesquisa.

A propósito da Ilha Grande, também tive a oportunidade de me manifestar politicamente a respeito de um assunto que, a princípio, era referente apenas à Praia do Aventureiro; mas me dei conta de que há mais tempo já me manifestava, e continuei me manifestando, quanto a algo que diz respeito à Ilha Grande como um todo, isto é, aos “nativos da Ilha”. Gustavo Vilela da Costa, Helena Catão Ferreira e eu preparamos o “Argumento pró Aventureiro” (2006), que foi assinado por um grupo de pesquisadores da área de humanas/sociais atuantes na Ilha e enviado ao Ministério Público no âmbito de um processo em prol do direito dos moradores de permanecerem na localidade, com a sugestão

de recategorização da parte da área de Unidade de Conservação (uma Reserva Ecológica) onde habitavam, o que veio depois a acontecer de modo que puderam permanecer ali sem ser criminalizados. Na mesma linha, participei da elaboração de um outro documento sob a forma do artigo “Há, sim, caiaças na Ilha Grande” (2017), que também foi enviado ao Ministério Público, desta vez no âmbito de um processo contra a Parceria Público Privada proposta pelo governo estadual e a privatização de espaços na Baía da Ilha Grande – posteriormente suspensa.

Sinto inveja dos colegas que acho que têm um ativismo/uma atuação política forte (os Alfredo Wagner da vida). Mas reconheço também que essa atuação vem de muitos de nós e em muitos graus, e comecei a pensar que, no meu caso recente com a Ilha Grande, devo admitir que, além dessas causas mais explícitas às quais me refiro acima, tenho sempre produzido trabalhos aos quais me refiro como o meu “samba de uma nota só”:⁵ sempre em prol dos “nativos”, como se designam aqueles que são ou que se sentem como sendo “da Ilha”. Essa minha tendência em prol dos nativos da Ilha – análoga àquela dos antropólogos em geral de tomarem partido dos grupos estudados em condição de subalternidade/opressão – adveio do fato de eu ter percebido de cara a situação de, no mínimo, perplexidade das pessoas do lugar com relação às “questões ambientais”, que eram afinal o meu tema primordial. A Ilha Grande, cujo território corresponde a diferentes Unidades de Conservação, é sujeita a uma legislação ambiental proporcional a essa condição, que, como em tantos outros lugares do Brasil, caiu de repente em cima da cabeça das populações locais (“nosso lugar virou parque”⁶), gerando estupefação e conflito nos lugares afetados. Assim é que os trabalhos resultantes de minhas pesquisas referentes à Ilha Grande se juntaram a outros que apontam para as questões provenientes de condições similares. A arrogância de certos grupos de fora – incluindo alguns autoproclamados ambientalistas e também certos empresários do turismo – com relação aos nativos, vistos, com muitas nuances

⁵Essa série, batendo na mesma tecla a partir de dados etnográficos variados, foi inaugurada com o artigo “Depois que entrou o Imbamba: percepção de questões ambientais na Ilha Grande”, publicado no 2º volume da Coleção Ilha Grande: Prado, Rosane (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio: Eduerj/Garamond, 2006. O “Imbamba” no caso é o “Ibama” na fala de um nativo que diz, na sua tradução verbal e mental: “Depois que entrou o Imbamba estragou tudo”. O artigo termina perguntando “O que é um problema ambiental? Para quem?”

⁶Essa frase é também título de um livro que trata justamente desse assunto: DIEGUES, A.C. e NAVAJAS, P.J. *O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco do Mamangá - Parati*, RJ. São Paulo: NUPAUB, 1996.

e complexidades, como desprovidos das qualidades necessárias para levar adiante a “conservação” e o “desenvolvimento” da Ilha, é um exemplo típico daquilo que elementarmente chamamos de etnocentrismo, a começar das próprias ideias de conservação e desenvolvimento.

Considero que interrompi os trabalhos na Ilha mas que ainda voltarei a eles. Enquanto isso, a manutenção do Site Ilha Grande Humanidades, que foi ao ar em 2008, como um banco de dados que também demanda pesquisa, significa uma conexão com esse lugar que se tornou favorito entre os lugares onde pesquisei. O site é como se fosse uma grande compensação enquanto não estou pesquisando de novo na Ilha. Houve um momento em que pensei: vou me aposentar e ficar só cuidando desse site (quem sabe ainda vou mesmo?), mas o fato é que ele é para mim uma herança que pretendo manter com muito cuidado; ou então (se for necessário!) vender o realejo para quem possa cuidar dele igualmente bem. Reproduzo a seguir o resumo da proposta.

O Site Ilha Grande Humanidades dá espaço a um banco de dados, através do qual são catalogadas e disponibilizadas indicações sobre pesquisas em andamento, bem como indicações bibliográficas e conteúdo de trabalhos acadêmicos produzidos na área de ciências sociais/humanas que sejam referentes à Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), onde a UERJ tem um campus no qual se encontram o CEADS - Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável e o Ecomuseu Ilha Grande. São também catalogadas referências em relação à produção de literatura e jornais; bem como de acervos fotográficos, cinema, vídeo, música e artes; e ainda sobre legislação ambiental e entidades locais. A ideia é listar todos os trabalhos e itens desses campos que existam ou que estejam em elaboração sobre a Ilha Grande, divulgando também, quando possível e autorizado, por meios digitais os respectivos conteúdos, bem como as referências sobre seus autores, de tal modo que possam acessar-se mutuamente, podendo formar também uma rede. Esta proposta se sustenta numa perspectiva de inclusão digital, no sentido de que o site é acessível não só a pesquisadores como a estudantes e ao público em geral.

Em todas as localidades acima referidas, além das descobertas antropológicas que sustentam tudo, o lado que corresponde à fruição foi temperado com coisas como brincar de casinha em tantas casas que tive e que, com todo o prazer e encanto, pude arrumar para morar e que pude compartilhar com visitantes e alunos. Também, invariavelmente, adotei

pessoas e fui por elas adotada – indivíduos, famílias, grupos que se tornaram para sempre amigos e amigas – dentre aquela preciosa nata à qual me referi de início.

Além desses lugares de pesquisa onde permaneci por muito tempo e criei laços pessoais, devo mencionar duas outras situações importantes e de grande proveito para mim. Uma foi, através de contrato com o Banco Mundial, em diferentes cidades do Nordeste, ao longo de quatro meses em 1993. E a outra foi na Amazônia, estado do Pará, na Estação Ecológica da Terra do Meio, a convite da chefe dessa Unidade de Conservação, em dois períodos, de 17 e 12 dias, em 2013.

A pesquisa no **Nordeste** (agosto a novembro de 1993) encomendada pelo Banco Mundial, novamente com a mediação de Conrad Kottak e a participação do colega Alberto Costa, responsável pelo planejamento e finalização dos resultados da pesquisa, visava a avaliação de uma amostra de projetos financiados pelo Banco na região, e já reconhecidos como bem sucedidos ou mal sucedidos, no sentido de avaliar as razões do seu sucesso ou insucesso. Estive, por um período não menor que uma semana, nas cidades de: Colinas no Maranhão, Picos no Piauí, Iguatu no Ceará, Santana do Ipanema em Alagoas, Patos na Paraíba, e Sobradinho na Bahia. Chegar em cada cidade viajando de ônibus, eventualmente em estradas de terra; ficar num hotel (“por favor não cuspa nas paredes”, vi num aviso dentro do meu quarto em Iguatu, depois de escolher esse hotel em comparação com o outro que havia na cidade); procurar determinadas pessoas relacionadas aos projetos em questão, entrevistá-las e conversar com elas; buscar situações relacionadas ao andamento dos projetos e observá-las participando de eventos. Tudo isso implicava uma grande intensidade de trabalho, envolvendo pessoas e situações as mais diversificadas, incluindo algumas envolvendo a relação dos projetos com movimentos sociais e com a política local, o que leva a pensar naquela questão do tempo necessário para se desenvolver uma pesquisa de base etnográfica. Essa não era uma exigência do Banco Mundial mas era uma exigência nossa na medida do possível, o que também me leva ao ponto de que toda pesquisa só se legitima com o reconhecimento dos seus limites por parte de quem a desenvolve. De qualquer modo, foi uma experiência riquíssima: de um lado, em termos sociológicos, uma pesquisa muito referida ao campo temático da “participação”, com suas nuances de significado e particularidades, com o qual vim a me envolver posteriormente na pesquisa mencionada adiante sobre o controle da poluição industrial; e de outro lado, em termos da convivência com as diferentes localidades, uma pesquisa

recheada de um reconhecimento desses muitos “outros” em que se traduz culturalmente “o Nordeste”.

Minha ida à **Amazônia** se deu a partir do convite de uma orientanda do Doutorado em Meio Ambiente da UERJ, Dalila Mello, por sua vez convidada por uma ex-orientanda sua de Mestrado do Instituto Federal Fluminense de Cabo Frio, Tathiana Chaves de Souza, funcionária do ICMBio que havia então se tornado chefe da Estação Ecológica da Terra do Meio – tema de tese de Dalila.⁷ A essa altura, pensei, eu seria uma avó em campo ... Na ocasião, eu já era familiarizada com muitas questões relativas às UC - Unidades de Conservação e ao SNUC - Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação e, sabedora das muitas manipulações dos órgãos gestores em relação às populações abrangidas pelas UC, diante do convite da aluna, disse: “não quero trabalhar para o mal”. “Não”, foi a resposta: “nem é para trabalhar e nem é para o mal. Você vai como observadora do trabalho que está sendo feito lá.” Definitivamente, era para o bem e, quando estive lá, caí de boca querendo ajudar, como se fosse uma missão também minha.

Tratava-se de uma nova gestora, jovem e única funcionária do ICMBio naquela imensidão de UC, tentando justamente “civilizar” a gestão, com ações como, por exemplo, a instituição de Conselho Gestor/Câmaras Técnicas e a elaboração de Plano de Manejo para a UC e de Termos de Compromisso para grupos locais – instrumentos previstos mas raramente promovidos pelas gerências das áreas protegidas que os exigem. Isso, numa região conflagrada por conflitos envolvendo, entre outros, os poderosos que recebem multas que não pagam e que têm capangas ... A primeira expedição (17 dias em julho de 2013) foi em terra – estrada Transriri e vicinais – e incluía um pequeno grupo de seis técnicos/pesquisadores e mais uma turma de PMs e bombeiros – com a missão de cuidar da infraestrutura da viagem e “nos proteger”. Por todos esses dias viajamos: quatro carros com tração nas 4 rodas e um caminhãozinho, com muitas peripécias e atolamentos, pousando em fazendas já combinadas com antecedência, e demorando dias em diferentes lugares onde havia o que consultar e debater com os grupos locais. Ao fim desse período, Dalila e eu estávamos aptas a fazer um relato etnográfico tanto do conjunto da situação quanto da PM, a partir dos nossos escudeiros Barbosa e Nunes, com quem compartilhamos o carro ao longo de toda a viagem. A segunda expedição (12

7. A EETM, uma Unidade de Conservação de proteção integral, está localizada em território dos municípios de Altamira e de São Félix de Xingu, no Pará, sendo uma das maiores UC do país, com aproximadamente 3.373.111,00 hectares, uma área quase do tamanho do estado do Rio de Janeiro.

dias em agosto de 2013) teve como alvo as margens do Rio Iriri, para onde fomos num pequeno avião e nos alojamos numa ex-pousada (então proibida no terreno da UC, virou alojamento para pesquisadores e agentes ambientais) à beira do rio, de onde à noite na varanda víamos brilhar os olhos dos jacarés dentro d'água. Dali, saíamos de barco para as vizinhanças e ali recebíamos os ribeirinhos para conversas e reuniões. Compartilhamos o espaço com professores e alunos da UFPA, com quem trocávamos ideias sobre o contexto.

Para mim, essas expedições na Amazônia (da qual só a menção já é poderosa) tiveram um grande impacto, que ficou reverberando por muito tempo e cuja memória agora tento recuperar. De um lado, foi o contato com os lugares em si: desde uma desconcertante Altamira sob a sombra da Belo Monte, até o sacolejo nas estradas de terra, passando pelos esqueletos de castanheiras carbonizadas no meio dos pastos, à beira do Rio Iriri, e os seres não humanos – a visão de araras de todas as cores, aranhas, cobras, macacos, tartarugas, jacarés (das sucuris, só as histórias ouvidas). E de outro lado, foi o meu entusiasmo/encanto com os humanos com quem convivi nessas viagens e o resultado dessa convivência: tanto com os nativos dos lugares visitados, quanto com os companheiros das expedições – com todos me comovi. A fala dos nativos me emocionou, contando de sua perplexidade diante daquilo que, como sempre, foi o fato de a EETM cair em cima de suas cabeças, e de sua revolta quanto às consequências disso. E também me emocionou participar do esforço do grupo que passei a ver como uma equipe coordenada por Tathiana – equipe na qual me vi integrada dando o sangue para redigir, noite adentro de um último dia, uma Nota Técnica a ser entregue em Brasília em prol daqueles que nos haviam contado suas histórias. Através dessa gestora, aprendi a ver a possibilidade de uma “gestão do bem” e como isso significava uma verdadeira luta, “o drama do gestor”, como considerou Dalila em sua tese.⁸

Acima estão referidos lugares/vivências de pesquisa marcados por uma experiência mais pessoal de condução do trabalho antropológico. Mas quero também ressaltar aqui uma outra frente de pesquisa, esta marcada por uma experiência *coletiva*, num grupo de colegas incluindo o coordenador José Sérgio

⁸MELLO, Dalila Silva. *O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

Leite Lopes, que, juntamente com Diana Antonaz, Gláucia Oliveira da Silva e Silvia Corrêa Borges, foram as pessoas mais próximas nesse grupo. Tratava-se do projeto **“Envolvimento público no controle da poluição industrial no Brasil e na Argentina”**, patrocinado pelo Banco Mundial com a mediação de Shelton Davis, que também, num nível específico, participava da nossa equipe mais ampla. Além das localidades em Minas Gerais (a cargo de Myrian Mousinho Gomes) e na Argentina (a cargo de Beatriz Heredia), no Rio de Janeiro distribuimos o trabalho de pesquisa entre Diana, Gláucia, Silvia e eu, recobrindo as localidades de Angra dos Reis (em função da usina nuclear), Itaguaí (em função da herança dos resíduos da companhia Ingá e de outros problemas relacionados à pesca e à agricultura) e Volta Redonda (em função da Companhia Siderúrgica Nacional) – sempre com a participação e coordenação de José Sérgio, a quem Diana, Gláucia e eu consagramos como o nosso Dartagnan.

Foram anos de trabalho conjunto (1997 a 2005, tendo o projeto original se desdobrado em outro: “A Agenda 21 e a construção da participação”), na mais fina companhia desse grupo, que em parte já era de colegas amigos e já compartilhava muitas coisas, mas que ficou ainda mais amigo e passou a compartilhar muito mais coisas. Foi uma pesquisa recheada com a coparticipação nos nossos trabalhos de campo, nossos preciosos encontros e debates, e mais as comemorações no Luigi’s – saborosas em todos os sentidos. Foi intercalada com um seminário importante envolvendo os pesquisados (“Redes sociais e controle da poluição industrial”, Museu Nacional, RJ, 2000); e teve como um resultado muito valorizado por nós e que se tornou referencial no campo, o livro *A ambientalização dos conflitos sociais* (2004). Nesse caso, por mais que tenhamos apreciado os lugares e pessoas estudadas, acredito que o meu modelo “trabalho-fruição-antropologia/ou é festa ou não presta” se fundou sobretudo na interação e na reciprocidade desse privilegiado grupo de pesquisa, que até hoje se mantém conectado, ou seja: a festa somos nós mesmos.

Como contraponto do universo das pesquisas, devo me referir aos **trabalhos que escrevi e aos que não escrevi**. Quero dizer que muito me encanta escrever; e quando me refiro a eles, classifico meus trabalhos como “lindo”, “bonito”, “uma graça”, e acho mesmo que não são nada menos que isso. Mas não mantenho uma equivalência entre o gosto com as pesquisas realizadas e o resultado em termos de trabalhos escritos. Do contraponto entre tamanha

positividade nas pesquisas/trabalhos de campo tão plenos e maravilhosos e a escrita sobre eles – os artigos e livros que poderiam render – resulta uma defasagem. É um mistério. Além das minhas duas belas teses,⁹ algumas pesquisas até renderam textos, me permitindo usufruir desse enorme prazer que é escrever e ainda curtir e admirar o resultado (tenho até títulos já reservados para trabalhos “a escrever” ...). Olhando para trás, vejo – e lamento por isso – quantos bondes já perdi não tendo escrito mais trabalhos relacionados às pesquisas.

As coisas se passam como se fazer a pesquisa já bastasse. Cadernos e mais cadernos de campo guardados, quem sabe um dia.

Esse aspecto da minha tendência à não produção/publicação de textos foi somado, a partir de uma certa altura, à calamidade da exigência de produção por parte da com-licença-da-má-palavra Capes nos últimos tempos. E isso fez nascer em mim uma resistência, uma implicância talvez pueril, como que uma revolta, que me fez tanto deixar o PPCIS - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais quanto pedir para mudar da categoria de professora permanente para a de colaboradora no PPGMA - Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, de modo a não carregar nas costas o que seria a correspondente responsabilidade por prejudicar a avaliação dos programas. Bastava me sentir devedora a mim mesma por outras misteriosas razões.

Um outro contraponto que devo mencionar em relação à positividade, para mim inquestionável, das pesquisas de campo é o dos **referenciais teóricos** ao longo do percurso até aqui, com preenchimentos que eu poderia considerar como hesitantes. Houve até uma fase em que perguntava, como meus alunos me perguntam hoje: “e a teoria?” – então eu ainda era estudante também, e não sabia ver “a teoria” embutida nas minhas considerações lá desde o trabalho de campo, como tem que ser e como diz Mariza Peirano ao falar da “teoria vivida”.¹⁰

Fato é que, ao longo da vida acadêmica, adquiri a impressão de que sou um ser sem paz quanto a esse lado do processo de conhecimento da antropologia, que acho que valeria também para qualquer outra área de conhecimento. Dessa minha perspectiva, os colegas do universo acadêmico-científico também

⁹ PRADO, R.M. *Mulher e novela e mulher de verdade: estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987.

PRADO, R. M. *Mitologia e vivência da small town*. Tese de doutorado. Museu Nacional/UFRJ, 1993.

¹⁰ PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

seriam “seres sem paz”, mas acredito que não padeçam dessa preocupação que elegi. Estou me referindo ao *eterno questionamento* de tudo por parte da antropologia, inclusive de si mesma e de suas proposições como quer que possam ser reunidas. Afora a aura ameaçadora do Museu Nacional para os alunos que entram ali e atravessam o curso no PPGAS (ameaça que tem uma tradução especial para cada um ...), isso me remete a uma situação para mim emblemática de uma aula quando eu era doutoranda no Museu. Tinha lido um texto entre outros a serem discutidos numa aula de Luiz Fernando Duarte, fiquei feliz só por entender, apreciei muito, e fui satisfeita para o curso; mas lá tudo foi questionado: naninananini, não era nada daquilo que eu tinha entendido e valorizado ... Nem lembro de qual texto era, mas sei que foi detonado. É fácil uma análise bem feita de uma perspectiva cultural virar uma análise criticável como “culturalista”; “exotizou”; é uma “história objetivista” ... pecados imperdoáveis. Acho que isso tem uma correspondência nas observações que fazemos via pesquisa, naquilo que chamamos de “desnaturalizar”, atitude básica da antropologia que implica também em “não ter paz” em relação às conclusões tiradas sobre o que vemos à nossa volta e sobre o que captamos nas pesquisas, e isso nos leva a viver num estado de alerta eterno – com uma escorregada ou rasteira à espreita em cada esquina do processo do trabalho antropológico.

Nessa linha de preocupação da minha parte, devo dizer que nas escolhas de trilhos teóricos, sou suscetível a me encantar facilmente com diferentes perspectivas e autores com os quais entro em contato: a simples leitura de um texto e pronto: seduzida. Por isso costumo dizer que sou como o personagem do filme *Zelig: The cammellion man*, de Woody Allen, que se transformava à semelhança daquilo com o que viesse a conviver mais de perto (um índio norte-americano, por exemplo). Mas posso destacar algumas perspectivas que mais prioritariamente segui ao longo da minha trajetória. Primeiro, foi Roberto DaMatta/Louis Dumont, no período que correspondeu ao mestrado e ao doutorado (1980-1993), nos quais DaMatta foi meu orientador e me inspirou. Suas concepções, por sua vez referidas a Dumont, muito contribuíram para o tratamento dos principais temas com que então trabalhei: cidade pequena, sociedade americana e sociedade brasileira, e a questão da hierarquia/pessoalidade. Depois (em torno de 1995) já dando aula na UERJ, veio um período de encantamento com Marshall Sahlins, e não tive orientando que escapasse à ideia da lógica simbólica *versus* a lógica material e à ideia de “indigenização” com a predominância dos valores e práticas locais nos processos sociais de qualquer situação considerada. Depois (em torno de 2005),

veio o entusiasmo com Tim Ingold, muito a propósito do meu então novo foco na temática do meio ambiente, à qual ele se dedica com ênfase no questionamento da separação entre natureza e cultura.

No caso de Ingold, a repercussão entre os orientandos não ocorreu do mesmo modo que com Sahlins, na medida em que me considero até hoje como apenas iniciada na sua perspectiva, que se insere naquilo que é referido na literatura antropológica como “a virada ontológica”, alimentada por outros tantos autores junto aos quais ainda não me aventurei. Para mim, trata-se de uma revolução na maneira como aprendi e ensinei antropologia ao longo de muito tempo: como referida apenas ao plano da cultura e do simbólico. Nesse sentido, ainda não achei a chave de como dar aulas de Introdução à Antropologia adotando essa perspectiva que tira o foco do cultural/simbólico. Tenho usado apenas pontualmente as concepções de Ingold nas minhas análises; sei que não cabe usar essas concepções para lidar com qualquer tema e que elas se prestam sobretudo àqueles relacionados a “meio ambiente”. Mas me encantam muito, enquanto me deixo cativar pelos trabalhos produzidos a partir delas.

Quanto aos **temas que percorri**, posso dizer que fui migrando de um para o outro, tendo começado pelo que hoje se chamaria de “gênero” e na época (início da década de 1980) era “antropologia da mulher”. Acho que foi num contexto digno de nota que se deu esse meu começo, a partir de uma disciplina chamada “Perspectivas Antropológicas da Mulher” a cargo da professora visitante no PPGAS/Museu Nacional Leni Silverstein, com alunas – só no feminino mesmo, só mulheres – de mestrado e doutorado e não apenas do próprio Museu. Intensa e instigante, essa disciplina resultou numa mesa da ABA de 1980 (UFRJ), com o mesmo título e na qual alguns dos papers de final do curso foram apresentados para uma plateia encantada e cheia de mulheres. Entre os trabalhos estava o meu “M. Delly: um ideal de mulher”, que depois veio a ser o meu primeiro texto publicado (1981), no segundo volume da coleção que também teve o mesmo nome. Naquela situação de batismo numa apresentação na ABA, enquanto minha mão tremia a ponto de não poder segurar o copinho de café, eu via a mulherada delirar com a apresentação daquilo que muitas de nós ali compartilhávamos, que era a memória dos romances água-com-acúcar de M. Delly, da coleção Biblioteca das Moças, que focalizavam (como digo na dedicatória do artigo) “as heroínas que jamais conseguimos ser e os heróis que jamais conseguimos encontrar” e de quem todas queríamos vingança.

Continuei nas questões de gênero por um tempo, inclusive como foco de minha dissertação de mestrado já referida acima, na qual também trabalhava com os temas da televisão e das telenovelas, voltada para a recepção dos conteúdos televisivos e a relativização dos “poderes da televisão”. “Televisão: poderosa mas não tanto”, ousei dizer como título de uma parte da dissertação; e sobre essa parte recebi na banca um dos elogios mais poderosos de que me lembro. Yvonne Maggie disse: “Isso, eu queria que fosse eu que tivesse escrito” (é demais, não é? mesmo dando desconto para o estilo da Yvonne). Também a partir daí, e por causa do contexto de Cunha como já expus, me iniciei no tema da “cidade pequena”, ou da polaridade cidade grande *versus* cidade pequena, que explorei bastante nos cursos e leituras com Gilberto Velho no Museu Nacional. Por outro lado, a partir da “cidade pequena”, eu já introduzia também questões sobre a sociedade brasileira, inspirada no meu orientador DaMatta, campo temático esse que levei para o doutorado na pesquisa também já referida acima sobre a small town americana como contraponto.

Esses temas me acompanharam por algum tempo. Por exemplo, entrei na UERJ em 1994 através da linha de pesquisa de Gênero e Sexualidade, fui chamada para muitas bancas referentes a esses campos temáticos; e por muito tempo ofereci a disciplina de “Antropologia Urbana” no curso de Especialização de Sociologia Urbana do atual Instituto de Ciências Sociais. Mas o outro tema que gradualmente passou a ocupar espaço foi o do “meio ambiente”, que começou com a minha vinculação ao projeto coordenado por Kottak “Ecological awareness and risk perception in Brazil” (1989 – 1992) e as pesquisas correspondentes (Angra e Caldas, conforme exposto antes). A consolidação da minha adesão a esse campo temático se deu com a pesquisa também referida acima “Envolvimento público no controle da poluição industrial no Brasil e na Argentina” (1997- 2003). Mas foi a Ilha Grande que propiciou a confirmação para mim dos dois temas com os quais hoje trabalho, que são “meio ambiente” e “turismo”, sem os quais não é possível trabalhar com a Ilha Grande. Essa foi a migração que fiz entre os temas, e agora estas duas últimas frentes temáticas são as que estão presentes nas diversas atividades (disciplinas, pesquisas, bancas) com as quais hoje me envolvo na vida acadêmica.

Na mesma linha de fruição dos “lugares de pesquisa que se tornaram lugares do coração”, sob a égide da antropologia como pretexto, devo me

referir ao período da **bolsa sanduíche na Universidade de Michigan (1990-1991)** e ao **pós-doc na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre (2007)**. Acho que não há nada mais chique na vida acadêmica do que estudar e trabalhar fora do ambiente original de estudo e de trabalho.

Eu me sentia um ser privilegiado nos dois anos que passei com a bolsa doutorado sanduíche em Michigan, EUA, que foram divididos entre as disciplinas cursadas na University of Michigan em Ann Arbor (1990) e a já referida pesquisa de campo em Dundee (1991). Era um privilégio por simplesmente poder estudar fora do país escandalosamente bancada com verba pública e com todas as benesses que me foram concedidas. Privilégio, pela atmosfera da própria cidade de Ann Arbor: além da beleza das árvores e dos jardins no transcorrer das estações, uma cidade totalmente referida à universidade, numa festa de alunos e professores por toda parte, frequentando os mais variados pontos e atividades, como os cafés e os shows de música; com uma infraestrutura poderosa, demonstrada com as mais de vinte unidades de biblioteca espalhadas pela cidade. Privilégio, pela convivência no Departamento de Antropologia da U of M: os professores e colegas, que eram da mesma área mas de proveniências e perspectivas as mais variadas (fui aluna da “bibliografia” Sherry Ortner e Roy Rappaport); e na parede da secretaria, uma foto gigante em preto e branco de Margaret Mead, jovem e linda sentada no meio de uma saia godê, como que sintetizando o charme daquilo tudo e ... da antropologia. Privilégio, pela inestimável companhia do casal amigo Alberto Costa (também com bolsa sanduíche) e Sandra Schatz, que viveram em Ann Arbor no mesmo período que eu, e de outro casal amigo, o meu supervisor Conrad e sua mulher Betty Kottak – por todos eles eu me sentia querida e protegida. E ainda havia a possibilidade do encontro com outros brasileiros que estavam por lá, entre os quais também fiz amigos, com quem dancei lambada escandalizando as pessoas em volta, e que me ofereciam bolhas de intervalo (e de fumaça de cigarro nas festas) em relação à sociedade americana. E havia também o grupo dos “Portuguese speaking people”: brasileiros e muitos outros que, ou vinham de países de língua portuguesa, ou tinham vivido nesses países, e cultivavam esse algo em comum no espaço cosmopolita de Ann Arbor. Para além disso tudo, e em continuidade com a vida referida à universidade, tive ainda o privilégio de viver aquele ano na cidadezinha de Dundee, como contei acima.

Da mesma maneira que em Michigan, mesmo sem bolsa nenhuma, eu me senti um ser privilegiado no segundo semestre de 2007 quando fiz um **pós-doc na UFRGS** com a supervisão de Carlos Steil. Embora por tão pouco tempo,

aquele foi um precioso intervalo de vida acadêmica na vida acadêmica. Em Porto Alegre me senti nada menos que em Paris – uma heresia, alguns hão de pensar; mas é um modo de me referir ao quanto fiquei encantada com aquele intervalo; e como fiquei encantada com as mais diversas coisas que vivenciei, desde o motorista de ônibus que me cumprimentava, e aquele mercado espetacular que nunca parecia suficientemente percorrido, até as árvores de jacarandá que deixam toda a cidade lilás num certo período. E aluguei um apartamento na Rua Lima e Silva, de fundos e de onde eu avistava o Parque da Redenção, e me sentia morando no centro do mundo. Era uma atmosfera que incluía o tempero da situação de um pós-doutorado, em que a gente é dona do próprio tempo e os “compromissos” ficam amenizados. Por coincidência, ao mesmo tempo em que estive nesse pós-doc – olha aí o privilégio sempre – estive lá como professor visitante Nelson Graburn, precursor da antropologia do turismo, e cujo curso então frequentei. E virei aluna – delícia! Uma festa: as aulas e a companhia dos colegas de pós. Outros e outras colegas da UFRGS e mais o pessoal da secretaria da Antropologia devem ser mencionados aqui, por sua gentileza e atenção, como parte de tanto privilégio que usufruí. Mas festa e privilégio mesmo foram a mais fina companhia de Carlos (Carlos Steil) e Bel (Isabel Carvalho), com quem confundo todas as benesses dessa passagem por Porto Alegre, e a amizade que guardamos de herança.

Para finalizar, quero falar do planeta **UERJ**, de onde tudo emerge e para onde tudo converge na minha trajetória acadêmica. Se o trabalho de pesquisa de campo ungido pela antropologia ocupa nessa trajetória o poderoso espaço que mostrei, por outro lado, desde que entrei na UERJ em 1994, é de lá que emana o meu sentimento de pertencimento ao mundo acadêmico. Tenho muito orgulho e gosto por ser da UERJ e adoro quando tenho que declarar isso: “sou da UERJ”. Universidade do estado, que foi precursora implantando curso noturno e cotas, UERJ marrom com a presença preta que está nos corredores, nas salas de aula, nas reuniões, nos elevadores, em toda parte, das moças e rapazes com os cabelos fofos, cacheados e trançados em formatos exclusivos e sempre renovados na sua afirmação estética. UERJ marrom, também bonita e gostosa como a antropologia.

Na UERJ, posso referir o meu pertencimento à área de Ciências Sociais com foco na Antropologia, onde estou desde que entrei. Nessa área, diferentes institutos e departamentos abrigaram os espaços institucionais por onde andei,

e que é hoje o Departamento de Antropologia, inserido no ICS - Instituto de Ciências Sociais. Houve também um período (1994 - 2015) em que atuei no PPCIS - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Nesse espaço, usufruí das aulas na graduação e na pós - até hoje aprendendo mais do que ensinando -, criando relações preciosas com os alunos sobretudo com os que se tornaram bolsistas e orientandos, gerando amizades que cultivo com carinho. Nesse espaço, usufruí também das relações com colegas em várias instâncias não só acadêmicas, que também prezo muito. Aqui cabe uma referência especial à patota de mulheres habitantes da Sala 9033-A, “sala de professores” compartilhada, a princípio e em princípio, a propósito de participação em uma linha de pesquisa; mas depois esse critério se diluiu, e com certeza o que foi nos juntando ali em momentos diferentes passa por outras proximidades. Cecília Mariz, a saudosa Clara Mafra, Lia Rocha, Marcia Contins, Marcia Leite, Patricia Birman, Roberta Guimarães, Sandra Carneiro e eu convivemos e compartilhamos (verbo no passado e no presente) muitas coisas nesse reduto que muito aprecio. A Sala 9033 é uma referência que tem para mim como que uma emanção. A presença das colegas, dos alunos e visitantes povoa essa sala de um modo que forma um ambiente mais do que propício ao que pode significar positivamente o que é estar na UERJ.

Um outro território que considero como referencial no espaço das Ciências Sociais da UERJ é o do NAI/Oficina. O Núcleo de Antropologia e Imagem era coordenado por Patricia Monte-Mór, hoje aposentada, e ligado à Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais, coordenada sucessivamente por várias de nós da Antropologia e que abrange diferentes projetos e núcleos. Relacionada com essa referência, vale mencionar igualmente a minha conexão com os *Cadernos de Antropologia e Imagem*, que o NAI produziu ao longo de muito tempo. Tive o privilégio de fazer parte do seu Comitê Editorial e de participar da organização do número temático referente a Meio Ambiente e Turismo (vol 25 nº 2, 2007).

Esses núcleos e projetos abrangidos pela Oficina, desde 1995, sempre estiveram reunidos fisicamente, variando ao longo dos anos na sua criação e manutenção, mas sempre propiciando a vizinhança e a circulação dos coordenadores e bolsistas/estagiários dos diferentes projetos. Embora a Oficina esteja hoje um tanto diluída em termos do compartilhamento entre os núcleos, estes seguem nas suas respectivas atividades e é ali que está alocado o projeto do Site Ilha Grande Humanidades que coordeno.

Outra frente à qual refiro o meu pertencimento acadêmico à UERJ é o PPGMA - Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, onde estou desde a sua criação em 2004 até hoje. É um curso que abrange apenas doutorado, com uma proposta interdisciplinar, e que é *sui generis* também na medida em que reúne docentes de diversas inserções na UERJ. A questão da interdisciplinaridade, sempre buscada com muito empenho pelo programa, e a companhia dos colegas de diferentes áreas, têm sido para mim uma fonte de aprendizado e oportunidade de compartilhamento dos nossos saberes. Da mesma forma, os alunos que se tornam nossos orientandos têm proveniências e interesses muito variados que nos enriquecem na tarefa de ministrar as aulas e de orientar.

Para finalizar mesmo, quero agradecer a todas e a todos que de tantas maneiras participaram desta minha trajetória referida à antropologia, e que são personagens das histórias preciosas que carrego. Obrigada pela companhia.

(Se é para ser titular, é a pretexto dessa antropologia poderosa que eu quero ser – como uma confirmação.)